

Documento de arquitetura: Gênese e tratamento na perspectiva da tipologia documental

Architecture record: Genesis and treatment from the perspective of documentary typology

ANA CÉLIA RODRIGUES

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense, Brasil
anaceliarodrigues@id.uff.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0851-528X>

CLAUDIO MUNIZ VIANA

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade
Federal Fluminense, Arquivista do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo e Sistema de Bibliotecas e Informação
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
munizviana@fau.ufrj.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5084-9104>

RESUMO

Apresenta os processos de identificação arquivística para investigar a gênese do documento de arquitetura como base para organização dos arquivos. A identificação é um método de pesquisa para a Arquivística, de natureza intelectual, que consiste no trabalho de investigação e análise sobre o órgão produtor e seus documentos, que permite normalizar a denominação e o

agrupamento das séries documentais para fins de gestão de documentos e de tratamento de documentos acumulados em arquivos. No contexto da identificação, a etapa da identificação de tipologia documental encontra na abordagem da Diplomática, em sua perspectiva clássica e contemporânea, a Tipologia Documental, seus fundamentos teóricos e metodológicos. Nesta perspectiva, apresenta os estudos de identificação desenvolvidos para tratar a tipologia documental do Fundo Severiano Mário Porto custodiado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/FAU/UFRJ).

PALAVRAS-CHAVE: Identificação Arquivística; Tipologia Documental; Arquivo de Arquitetura.

ABSTRACT

It presents the archival identification processes to investigate the genesis of the architecture record as a basis for organizing archives. The identification is an Archival Science research method of intellectual nature that consists of investigative work and analysis of the producing entity and its records. It allows for standardizing the naming and the grouping of series for record management purposes and the treatment of accumulated records in archives. The phase of the identification of records typologies finds in Diplomatics, in its classical and contemporary perspective, the theoretical and methodological foundations of Documentary Typology. From this perspective, it presents the identification studies developed to treat the record typology of the fonds Severiano Mário Porto held by the Research and Documentation Center of the School of Architecture and Urbanism of the Federal University of Rio de Janeiro (NPD/FAU/UFRJ).

KEYWORDS: Archival Identification; Documentary Typology; Architecture Archive.

Introdução

O acesso rápido e eficaz a documentos e informações como base para a tomada de decisões responsável coloca-se como insumo para o desenvolvimento sustentável das organizações e instituições, públicas ou privadas, ressaltando o uso dos arquivos como fonte de informação. Nesse ambiente surgem desafios para o profissional, que atua na tarefa rotineira de identificar,

avaliar, classificar, descrever, preservar e divulgar os arquivos, seus documentos e informações. A complexidade destas rotinas torna indispensável que o profissional de arquivos disponha de um instrumental teórico-metodológico que lhe possibilite o progressivo domínio de suas práticas de trabalho.

A necessidade de reconhecer os documentos em seu contexto de produção para planeamento da gestão de documentos e organização de arquivos conduziu a Arquivística à discussão sobre a identificação como método, pautados na reflexão sobre o estatuto científico do seu objeto, o documento de arquivo.

A identificação é um método de pesquisa sobre o documento de arquivo em seu contexto orgânico-funcional que produz conhecimento arquivístico para normalizar o seu reconhecimento, denominação e agrupamento em séries documentais para fins de implantação de programas de gestão de documentos e de tratamento de documentos acumulados em arquivos. No contexto da identificação, a etapa da identificação de tipologias documentais encontra na abordagem da Diplomática, em sua perspectiva clássica e contemporânea, a Tipologia Documental, seus fundamentos teóricos e metodológicos, demonstrando a efetiva contribuição desta disciplina para a construção teórica de metodologia em Arquivística.

Esta investigação revela o vínculo arquivístico que caracteriza a gênese do documento de arquivo, a indissociável relação que mantém com seu contexto de produção, conferindo cientificidade ao fazer arquivístico.

Nos arquivos de arquitetura, são conservados documentos que registram as etapas da atividade projetual e as fases da representação do processo criativo, testemunho gráfico e iconográfico dos projetos edificados como referência de uma época, um estilo e de uma técnica construtiva. Nestes arquivos, as características de suporte físico dos documentos (diversidade, fragilidade e formato em grandes dimensões), conteúdo informacional (representações gráficas, terminologia e linguagem específica), acessibilidade, diferentes modelos de tratamento e incorporação de novos elementos ao projeto de arquitetura, resultado de inovações e tecnologias desenvolvidas tanto pelo campo da administração como da arquitetura, são aspectos que salientam as dificuldades na proposição de soluções para identificar e organizar a massa documental acumulada.

Nesta perspectiva, este artigo aborda os parâmetros teóricos e metodológicos da identificação arquivística e sua relação com o estudo da gênese e tratamento técnico dos documentos acumulados em arquivos de arquitetura. Apresenta os estudos de identificação desenvolvidos para tratar a tipologia documental do Fundo Severiano Mário Porto, especificamente os

documentos de arquitetura do processo de construção da Universidade do Amazonas (atual Universidade Federal do Amazonas), custodiado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/FAU/UFRJ).

Diplomática e tipologia documental: Revisitando perspectivas¹

Nos anos 80 do século passado, a partir dos modernos estudos arquivísticos, a Diplomática ressurgiu com o objetivo de aplicar os princípios teóricos e metodológicos aos documentos de arquivo. Uma nova abordagem do uso da metodologia preconizada pela Diplomática, bastante difundida na arquivística nacional e internacional, que deu origem a um novo campo de estudos, a Tipologia Documental.

A Diplomática nasceu no século XVII como uma técnica analítica para determinar a autenticidade dos documentos emitidos por autoridades soberanas em séculos anteriores. Mabillon é quem efetua a primeira sistematização rigorosa sobre a autenticidade dos documentos de arquivo. A sua metodologia foi usada para examinar individualmente cerca de duzentos documentos diferentes, de várias épocas e os comparar. Verificou o que tinham em comum e qual era o procedimento do ambiente onde eles se encontravam. Os resultados obtidos neste estudo passaram a se configurar como os pressupostos teóricos da disciplina.

Na passagem do século XIX ao século XX, a Diplomática é tratada exclusivamente como “ciência auxiliar da História”. Os historiadores adotaram a Diplomática como uma ferramenta de crítica documentária para avaliar a autoridade de documentos medievais como fontes históricas. Ocorre seu desenvolvimento como disciplina, favorecido pela introdução dos estudos diplomáticos na academia, no campo dos estudos históricos, transformando-a em uma ciência aplicada estritamente aos documentos da época medieval.

No final do século XX, os arquivistas “descobriram novos usos para esta velha ciência, baseados no seu potencial como um padrão para assegurar a confiabilidade geralmente dos documentos modernos e especificamente dos documentos eletrônicos” (Duranti, 1995, p. 6).

Mas é próximo aos anos 80 do século passado, que começa a se formar uma nova geração de estudiosos de Diplomática, que aplicando os princípios

¹ Questões tratadas anteriormente em Rodrigues (2003, 2008, 2013, 2018), com revisões e atualizações.

teóricos e metodológicos da disciplina aos documentos de arquivo, estabeleceram um profícuo diálogo entre as áreas, cujos estudos de natureza teórica vêm exercendo profunda influência no fazer arquivístico internacional, contribuindo para a construção teórica em Arquivística. A renovação desta disciplina e sua aplicação no âmbito dos arquivos estão representadas pelas teorias propostas por Paola Carucci, na Itália, e Luciana Duranti, que desenvolve estudos no Canadá; na Espanha, por Luis Núñez Contreras, Manuel Romero Tallafigo, Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera, e no Brasil, por Heloisa Liberalli Bellotto e, hoje, por uma nova geração de pesquisadores nas universidades brasileiras. As ideias destes autores vêm contribuindo para a consolidação de uma tradição arquivística brasileira na área.

No campo da ciência Arquivística, a Diplomática tem sido adaptada como uma ferramenta metodológica para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea. Em 1989, na // *Conferencia Europea de Arquivos*, promovida pelo Conselho Internacional de Arquivos, os delegados da conferência recomendaram “que o desenvolvimento da disciplina da diplomática moderna seja promovido através de pesquisa na tipologia de documentos contemporâneos e nos processos de criação de documentos nas instituições contemporâneas” (MacNeil, 2000, p. 87).

Na Europa, a resposta a este chamado dos arquivistas para a construção de uma diplomática moderna, adaptável aos documentos do século XX, vem principalmente da Itália, destacando-se os estudos realizados por Paola Carucci (1994, 2004). Esta arquivista italiana deu uma contribuição substancial, redefinindo o documento de um modo muito amplo e concentrando as atenções na proveniência administrativa que o gera, antes de sua forma documental. Alarga desta forma o âmbito da Diplomática, integrando-a com a Arquivística, incluindo uma relação de considerações sobre o documento como produto do procedimento administrativo (Duranti, 2003). Os estudos realizados por Luciana Duranti no âmbito do projeto InterPARES, que teve início em 1999, tiveram como objetivo produzir conhecimento teórico e metodológico e formular políticas para a criação e a preservação de documentos eletrônicos, orientando as práticas realizadas em arquivos de todo o mundo.

Nestes anos 80, a Espanha também se destaca no movimento de renovação da Diplomática, produzindo importantes estudos teóricos e aplicados sobre os documentos administrativos, a fim de identificar as partes que os integram, seus caracteres internos e externos, como base do tratamento técnico arquivístico.

Para Manuel Romero Tallafigo (1994), a Diplomática é a ciência que estuda e critica o documento escrito do ponto de vista das formas internas

e externas. “Formas que são planejadas para fazê-lo compreensível e ainda fidedigno e autêntico para a sociedade a qual se destina. [...] Cada documento singular não é senão um ponto de uma linha contínua e ininterrupta” (Romero Tallafigo, 1994, pp. 16 e 20).

Antonia Heredia Herrera (1991) define a Diplomática como “a ciência que estuda o documento, sua estrutura, suas cláusulas, para estabelecer as diferentes tipologias e sua gênese dentro das instituições escriturárias a fim de analisar sua autenticidade”. O objeto da Arquivística, observa, é “muito mais amplo em extensão e em limites cronológicos, não se limita ao documento jurídico, mas alcança e ultrapassa os nossos dias”. Feita esta distinção, a autora ressalta que a relação Arquivística-Diplomática, assim posta, nos levará a uma normalização documental necessária nos programas de gestão de documentos, sobretudo quando “o uso da nova tecnologia informática obriga a um conhecimento profundo dos formulários, das cláusulas e dos dados informativos essenciais de cada série documental que delimitados claramente traz a determinação de cada tipologia” (Heredia Herrera, 1991, pp. 61-62).

Antonia Heredia chega mesmo a aventar uma certa supremacia da tipologia documental sobre a diplomática, quando o enfoque é a doutrina arquivística. A autora diz ainda que a tipologia, por suas características intrínsecas, atribui maior importância ao procedimento administrativo, privilegiando o conjunto orgânico no qual o documento se situa e não o ‘discurso’ de cada um (Bellotto, 2004, p. 53).

Antonia Heredia Herrera (2006) reconhece a independência dos campos de estudo das duas áreas, da Tipologia Documental e da Diplomática, mas destaca a estreita relação estabelecida entre elas que pode ser verificada na influência da formulação da metodologia da tipologia documental a partir dos parâmetros metodológicos da Diplomática.

A metodologia aplicada ao tipo documental vem sendo denominada análise documental. Devemos muito a Vicenta Cortés sobre este e outros temas, porque criou um modelo de análise documental partindo do modelo de análise do tipo diplomático, adequando-o às necessidades arquivísticas do momento. Passado o tempo surgem novos conceitos, como o da *identificação* [...] (Heredia Herrera, 2006, p. 28, grifo nosso).

Vicenta Cortés Alonso distingue a análise diplomática deste “estudo arquivístico”, o qual considera um “trabalho de pesquisa arquivística”, cujo

objeto é a “documentação contemporânea” e o objetivo é “fixar a tipologia documental produzida e solicitada, para, sem erro, formar as séries documentais dos arquivos [...]” (Cortés Alonso, 1986, pp. 419, 429 e 420).

A partir dos trabalhos publicados por estes autores, nos anos que se seguiram até a década dos 90, as relações entre a Diplomática e a Arquivística conquistam um definitivo espaço no debate teórico dos estudiosos espanhóis, denominada estudos de Tipologia Documental.

No campo da Arquivística, o termo *tipologia documental* passa a ser usado para designar o conjunto dos documentos de arquivo ou área de estudos sobre o documento e *tipo documental*, o documento de arquivo, embora seu uso seja típico da Diplomática, como salientou Antonia Heredia (2006).

No Brasil, os textos publicados por Heloísa Liberalli Bellotto (1982, 1990) são considerados como referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país. A autora faz distinção entre o objeto da Diplomática, em sua perspectiva clássica, a *espécie documental* e em sua perspectiva contemporânea, o *tipo documental*, e dos métodos de análise diplomática e tipológica para se chegar à denominação do documento de arquivo e identificar sua gênese, o que permite por comparação chegar ao agrupamento das séries documentais.

Os documentos diplomáticos, objeto da Diplomática, se a disciplina for tomada em sua perspectiva clássica, “são os de natureza jurídica que refletem no ato escrito às relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujos elementos semânticos são submetidos a fórmulas preestabelecidas” (Bellotto, 2000, p. 35). No sentido moderno da Diplomática, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor e neste sentido, apresentam suas profundas relações com a Arquivística.

O documento de arquivo considerado em seu conjunto é o *tipo documental*, objeto da Tipologia Documental, identificado a partir das relações que apresenta com o contexto orgânico-funcional. As competências, funções e atividades desempenhadas, que se articulam no procedimento de gestão, são elementos inovadores, introduzidos na metodologia da Diplomática, em sua nova abordagem, para identificar o documento de arquivo e planejar o seu tratamento.

Por isso, a tipologia documental, ao incorporar todo o corpo teórico e metodológico da antiga diplomática, pode ser chamada de diplomática arquivística ou, melhor ainda (se se atentar para o quanto o

objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados), de diplomática contemporânea, como quer Bruno Delmas. Para ele, a preocupação da diplomática é, agora, menos o estudo da estrutura, da forma, da gênese ou da tradição e mais da tipologia dos documentos (Bellotto, 2004, p. 53).

Para a arquivística brasileira, a Diplomática e a Tipologia Documental são campos de estudos distintos, com métodos próprios de análise diplomática e análise tipológica, porém complementares para o estudo da gênese dos documentos e seu agrupamento em série documental a partir de parâmetros normalizados.

Por definição *espécie* é “a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e natureza das informações nele contidas”; *tipo documental* é “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” e a *série documental*, a “sequência de unidades do mesmo tipo documental” (Camargo & Bellotto, 1996, pp. 34, 74, 69).

Portanto, a denominação da série documental obedece à fórmula para a denominação do tipo documental: espécie + atividade (verbo + objeto da ação). São exemplos de *espécies*, o requerimento, portaria, decreto, entre outros. A espécie acrescida da atividade dá origem ao *tipo documental*, como requerimento de licença para construção, requerimento de licença de saúde, requerimento de matrícula escolar. A *série documental* será definida pela identificação e comparação dos tipos documentais, resultado da mesma atividade e será parâmetro para a identificação, classificação, avaliação, descrição e planejamento da criação/produção documental, convencional ou digital² (Rodrigues, 2008, p. 46).

Esta perspectiva vem influenciando a construção de uma tradição arquivística brasileira na área, evidente em nossas pesquisas que abordam a identificação de tipologia documental no contexto dos estudos de identificação arquivística.

² Esta diferença se aplica metodologicamente na preparação de instrumentos de gestão de documentos no âmbito do Sistema de Arquivos da Universidade de São Paulo (SAUSP) (<http://www.usp.br/arquivogeral/instrumentos-de-gestao/>), do Sistema de Arquivos do Governo do Estado de São Paulo (SAESP) (<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/sistema/plano>) no Arquivo Público Municipal de Campo Belo, Minas Gerais (Rodrigues, 2003), no Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado de Rio de Janeiro (PGD-RJ) (http://www.aperj.rj.gov.br/planos_tabelas.htm) no Programa de Gestão de Documentos da Prefeitura do Rio de Janeiro (PGD-Carioca) (<https://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/gerencia-de-gestao-documental1;jsessionid=587762A95A099492A97B9E525A7D677E.liferay-inst4>) e em outros modelos do país com êxito.

Identificação arquivística: Método de pesquisa para reconhecer o documento de arquivo e seu contexto de produção

A identificação surge no contexto da Arquivística nos anos 80, quando o termo começou a ser utilizado na Espanha por grupos de arquivistas para designar as tarefas de pesquisas realizadas sobre fundos acumulados em arquivos, a fim de elaborar propostas normalizadas de classificação e avaliação. Mas foi no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, do qual participavam Espanha, Portugal, México e Brasil, que o conceito de identificação foi formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde, nas *Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas*, realizadas em Madri, em 1991. A partir deste momento, o uso do termo e o conceito se consolidaram no meio arquivístico espanhol, incorporados pelo *Diccionario de Terminologia Archivística* (1991), que a define como “fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas em que se sustenta a estrutura de um fundo”.

O Brasil integrou esse movimento internacional que se formava em busca de referenciais metodológicos para resolver a superlotação dos arquivos, problema comum do qual compartilhavam os países ibero-americanos. As experiências desenvolvidas pelo Grupo de Identificação de Fundos Internos (GIFI) e pelo Grupo de Identificação de Fundos Externos (GIFE) do Arquivo Nacional, para solucionar problemas de acumulação de fundos em seus depósitos e nos órgãos da administração pública federal, resultaram na formulação de metodologia divulgada em manuais e no conceito incorporado pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), que define a identificação como “processo de reconhecimento, sistematização e registro de informações sobre arquivos, com vistas ao seu controle físico e/ou intelectual” (Arquivo Nacional (Brasil), 2005, p. 104).

A partir da segunda metade da década de 1980, as reflexões em torno das questões que envolvem os arquivos de arquitetura se tornaram mais dinâmicas, principalmente sob a influência do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), com a criação de um grupo de trabalho especializado em 1982 que se transformaria na Seção de Arquivos de Arquitetura (SAR), com estatuto aprovado durante a realização do *XIV Congresso Internacional de Arquivos*, em Sevilha, Espanha, em 2000. Este movimento intelectual impulsionado pelo CIA através da SAR culminou com a constituição de grupos de trabalhos e fóruns permanentes de discussões, com objetivo de desenvolvimento de novas metodologias para o tratamento técnico dos documentos de arquitetura.

No Brasil, a busca por soluções conjuntas de arquitetos e arquivistas para as questões que envolvem a produção, acumulação e organização destes arquivos se intensificaram nos anos de 2000, com a publicação de artigos, realização de encontros e seminários organizados por instituições públicas arquivísticas e universidades, justificando a criação em 2006 da Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Em 2003, a SAR organizou o *I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura* em Alcalá de Henares, Espanha, espaço dedicado a discussões sobre os problemas e experiências apresentados no campo específico de arquivos de arquitetura, organizado basicamente em quatro eixos principais: a produção das séries documentais em arquitetura e a identificação das instituições que as tem dado origem; o tratamento técnico documental, incluindo estudos sobre a identificação e descrição de tipos documentais; conservação e seleção de documentos; e a pesquisa científica e disseminação de informações dos arquivos de arquitetura (Blanco, 2004, pp. 9-10). Neste congresso, Maria Luiza Conde Villaverde apresentou um projeto de organização dos fundos acumulados do Ministério de Obras Públicas espanhol, provenientes de atividades arquitetônicas, custodiados pelo *Archivo General de la Administración*. A autora destaca a identificação como etapa da metodologia, os instrumentos utilizados e os resultados satisfatórios obtidos no projeto, sublinhando a necessidade desses estudos preliminares antes de qualquer intervenção técnica por parte dos arquivistas nos processos de organização documental (Conde Villaverde, 2004, p. 134).

Produto das experiências desenvolvidas em arquivos dos países envolvidos, o conceito de identificação e o método analítico que o sustenta foram construídos no interior do grupo ibero-americano, durante as reuniões profissionais realizadas. O enfoque da identificação vista como fase independente no âmbito do tratamento técnico, marcou a arquivística de países ibero-americanos, influência que se verifica nos dicionários de terminologia arquivística e nos manuais de normas e procedimentos para tratamento de fundos acumulados em arquivos publicados.

Trata-se de uma tarefa de natureza intelectual, que consiste no trabalho de investigação e análise crítica sobre os elementos da gênese do fundo, o órgão produtor e seus documentos, a qual precede e fundamenta as demais funções, classificação, avaliação, descrição e também o planejamento da criação/produção documental. Nesta perspectiva, a identificação é um método de pesquisa para a Arquivística, que estuda dois objetos:

1. Órgão produtor: estudo do elemento orgânico (estrutura administrativa) e do elemento funcional (competências, funções, atividades). A informação sobre os elementos orgânicos e funcionais obtém-se através dos próprios documentos e dos textos legais e normativos pertinentes à estrutura e funcionamento do órgão durante sua existência. Essas informações são os “elementos que caracterizam este contexto, no desempenho de competências e funções específicas deste órgão produtor e da tipologia documental, que registra os procedimentos administrativos realizados para cumpri-las” (Mendo Carmona, 2004, p. 40). A produção deste conhecimento está fundamentada no Direito e na Administração.

2. Tipos documentais: estudo que se realiza com base no reconhecimento dos elementos externos, que se referem à estrutura física, a forma de apresentação do documento (gênero, suporte, formato e forma) e internos, o “conteúdo substantivo do documento (atividade) e natureza de sua proveniência e função” (Bellotto, 2000, pp. 24-25), para reconhecer e denominar a espécie e o tipo documental e definir a série documental, a partir da análise comparativa da tipologia documental e agrupamento em conjuntos que registrem a mesma atividade. A base teórica que sustenta esta pesquisa vem da Diplomática, Tipologia Documental e da Arquivística.

O estudo dos atributos do órgão produtor, suas competências, funções e atividades e a forma como são registrados nas partes do documento de arquivo, conferindo-lhes identidade no conjunto para agrupamento em séries documentais, integram o conhecimento gerado nesta fase de pesquisa denominada identificação arquivística.

Pesquisas desenvolvidas por Rodrigues (2003, 2008, 2013, 2018) sobre a identificação no campo da Arquivística permitiram sistematizar os aspectos teóricos e metodológicos que a caracterizam e sua pertinência para o desenvolvimento de boas práticas nos programas de gestão de documentos ou de tratamento de documentos acumulados em arquivos.

Estudos desenvolvidos por Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019ab) abordam a identificação arquivística em profícuo diálogo com as disciplinas que têm a informação e o conhecimento como objeto de estudo, encontrando nos campos da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento (OC) um espaço de interlocução para definir o conhecimento arquivístico. Os autores consideram que o conhecimento arquivístico pode ser concebido a partir do

conceito de fundo (sobre o qual incidirão todos os processos de organização), caracterizado a partir da reunião e análise de documentos produzidos por uma mesma pessoa ou instituição, com base no método

diplomático enquanto suporte para a metodologia da identificação arquivística (Tognoli et al., 2019a, p. 71).

Tognoli e Rodrigues (2018), ao estudarem as contribuições da Diplomática para a organização e representação do conhecimento arquivístico, a partir da investigação da descrição arquivística entendida como processo de representação do CA, destacam que

Para além do conhecimento gerado pela desconstrução do documento, por meio da análise diplomática, o arquivista pode lidar com o conhecimento gerado a partir da identificação dos produtores da informação e das suas relações com o procedimento para representar o contexto e o conteúdo dos documentos (Tognoli & Rodrigues, 2018, p. 47).

Faben e Rodrigues (2019, p. 406) ressaltam que esse conhecimento produzido pela identificação arquivística é a base da classificação, “função que consiste em estabelecer o reflexo do contexto de produção e acumulação dos documentos, visando a organização e representação do conhecimento arquivístico no plano de classificação” e auxiliando a própria gestão de documentos.

Em pesquisas recentes, Faben, Rodrigues e Silva (2021) destacam a importância dos estudos de identificação arquivística para a Organização do Conhecimento (OC) e a contribuição destes resultados de pesquisa para o debate sobre acesso à informação no contexto da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável. Os autores afirmam que a garantia deste direito

depende da recuperação e do acesso aos documentos públicos, uma vez que, neles, é registrada a informação produzida, recebida e acumulada pelos órgãos e entidades da administração pública no exercício de suas funções e atividades. Estas questões remetem à necessidade de reconhecimento da natureza do documento e da informação que circulam como ativo estratégico e produto da gestão administrativa e da necessidade de metodologia capaz de gerar tal conhecimento no âmbito da administração pública municipal brasileira como exigência para o efetivo cumprimento da legislação em vigor, perspectiva da Identificação como método de pesquisa que produz conhecimento arquivístico sobre os documentos e o órgão produtor (Faben et al., 2021, p. 70).

Silva e Corujo (2022, p. 16) ressaltam a pertinência destes estudos que buscam alinhamento dos conceitos da Organização do Conhecimento (OC) e

da Arquivística, “reconhecendo-se a importância da sua utilização e aplicação em diferentes contextos, que requerem compreensão teórica e prática do papel do arquivo, do arquivista e, em particular, do saber arquivístico na promoção e na difusão do conhecimento organizacional ou social”.

Neste sentido, o método de identificação arquivística aplicado ao estudo da tipologia documental acumulada nos arquivos possibilita a recuperação da proveniência quando não existem as condições materiais para iniciar seu tratamento técnico; permite a reconstrução das circunstâncias de criação de um documento, das ações, transações, processos e procedimentos administrativos que se materializaram na forma e na substância e que justificaram as relações de organicidade específicas da gestão do órgão produtor. A partir do reconhecimento do tipo e comparação dos seus elementos identificadores determinados pela ação que lhe dá origem se forma a série documental, perspectiva do tratamento técnico.

Identificação de tipologia documental em arquivos de arquitetura

Por definição, arquivos são “os conjuntos de documentos que independentes de sua natureza ou suporte físico, são reunidos por acumulação natural, por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, no exercício de suas atividades”, na qual se verificam algumas características essenciais dos documentos de arquivo (Camargo & Belloto, 1996, p. 5).

A primeira é a natureza probatória, o documento de arquivo é o registro do ato que lhe dá origem, é o espelho fiel dessa ação, identidade que se revela na análise de suas características intrínsecas e extrínsecas. A segunda característica assenta no arquivo, que se forma por um processo de acumulação natural, o que significa dizer que tem o atributo especial de ser um conjunto orgânico e estruturado de documentos, onde seu conteúdo e significado só podem ser compreendidos na relação que mantém com o contexto de produção, as suas origens funcionais. O conjunto é orgânico porque, refletindo à atividade administrativa que lhe dá origem, revela que os documentos estão relacionados entre si. “A organicidade é uma qualidade segundo a qual os arquivos refletem a estrutura, as funções e as atividades da entidade acumuladora em suas relações internas e externas” (Belloto & Camargo, 1996, p. 57).

A identidade do documento de arquivo se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. Estão representadas através de regras, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos. Estes caracteres são estudados do ponto de vista da Diplomática e também da Arquivística. A estrutura do documento está relacionada com sua aparência externa,

enquanto a substância refere-se ao seu conteúdo, elementos necessários para que o documento possa cumprir seus objetivos.

Os elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais têm a ver com a estrutura física e com a forma de apresentação do documento. De outro lado, os elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substância têm a ver com o conteúdo substantivo do documento, seu assunto propriamente dito, assim como com a natureza de sua proveniência e função (Bellotto, 2004, p. 54).

Estas questões remetem ao conceito de documento de arquivo e a necessidade de um parâmetro científico para identificá-lo. Por esta razão não podem ser reconhecidos pelo assunto, mas pela ação que determinou sua produção em determinado contexto. O tipo documental, denominação dada ao documento de arquivo, sintetiza esta perspectiva.

A finalidade deste estudo de tipologia documental é “fixar os modelos de unidades documentais, dando-lhes nome próprio e, a partir deles, poder conhecer às unidades documentais semelhantes”, permitindo ainda “reconhecer e formar as respectivas séries documentais de qualquer fundo e representá-las, no momento da descrição, com o nome no plural do tipo das unidades documentais correspondentes”. O “estudo do termo e do conceito tipo, referido aos documentos nos remete necessariamente à Diplomática”. Este estudo não pode ser subjetivo, exige consenso e para isto “são necessários os conhecimentos de Diplomática e dos procedimentos administrativos”, destaca Antonia Heredia Herrera (2006, p. 26).

Reflexo e produto material da ação desenvolvida no processo administrativo, a especificidade de cada arquivo vem comprovada pela tipologia documental produzida e acumulada, perspectiva da proposta de estudos da gênese do documento de arquitetura para planejamento do seu tratamento técnico no arquivo.

Em um estudo acerca da natureza do documento arquitetônico e do cartográfico, Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 16) afirmam que tanto a substância (elemento interno) quanto a estrutura (elemento externo) impõem um interesse advindo dos arquivistas e historiadores: objetivam o entendimento dessa substância, desse conteúdo informacional, que pode ser considerado uma fonte para desvendar múltiplos aspectos do passado.

Os documentos de arquitetura são “originários de atividades ligadas à construção de edifícios e outras estruturas, são preservados a título de prova ou referência”. Quando decorrem de funções estatais, “são documentos de guarda permanente, produzidos por órgãos públicos e os escritórios de arqui-

tetura”. Nos órgãos públicos, “o controle da atividade de obras pode incidir sobre construção, edificação, manutenção, prospecção, reabilitação, reforma, reparação, requalificação, restauração e reutilização” (Ferreira, 2021, pp. 5 e 8).

Documentos que registram as diversas *etapas da atividade projetual* (planejamento, concepção, execução e manutenção do espaço). São produzidos nas distintas *fases da representação do processo criativo* (desenhos preliminares, desenhos de concepção e desenhos de execução), em diferentes *meios de expressão gráfica* (desenhos esquemáticos, desenhos à mão livre, desenhos por instrumentos e desenhos assistidos por computador). Estão relacionados aos *estágios do processo de concepção do espaço* (estudos, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo), em variadas *escalas* (regional, urbano, edifício e objeto) (Ferreira, 2021, p. 11, grifo do autor).

Paulo Batista (2011), analisando a série de processos de obras particulares do Arquivo Municipal de Lisboa, afirma que “se trata de um conjunto de processos relacionados com um determinado edifício, documentando a vida do imóvel desde a construção até o final de sua existência, ou seja, até a demolição total”. O autor destaca os parâmetros da tipologia documental³ para reconhecer a independência dos processos que integram o processo de obras particulares, ao indicar que estão “sujeitos a uma tramitação administrativa própria, com circuitos bem definidos e um código alfanumérico exclusivo, de acordo com a sua tipologia documental, razão pela qual é fundamental que estejam devidamente organizados” (Batista, 2009, p. 56; 2021, p. 81). Neste contexto, aponta como exemplos de tipologia documental, entre outros,

Projeto inicial de arquitetura; Plantas de implantação/localização; Telas finais de alterações; Planta da fração; Planta geral dos andares; Alçados e cortes; Autos de vistoria; Memória descritiva; Licença de utilização; Projeto de esgoto; último projeto de alteração; Requerimento inicial; Licenças de obras; Comprovativo de pagamento da licença; Informação relativa ao andamento da obra (Batista, 2021, p. 83, grifo nosso).

³ A tipologia documental tem por objeto o tipo documental, entendido como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (Bellotto, 2000, p. 9, *apud* Batista, 2009, p. 56). De acordo com a NP 4041, uma tipologia documental é a “categoria em que se insere um documento de arquivo segundo a sua forma e as funções a que se destina” (Batista, 2009, p. 57).

A investigação da gênese e desenvolvimento da atividade arquitetônica podem clarificar as circunstâncias de criação dos documentos e o contexto de sua produção⁴, que permite correlacionar as funções e atividades que resultam nessa produção documental, facilitando a implementação da gestão de documentos e funções arquivísticas. O estudo dos elementos da gênese documental das plantas de arquitetura, que em algumas ocasiões podem possuir um caráter individualizado, contudo, em geral, integram um conjunto mais amplo de documentos gráficos que se inter-relacionam e que dizem respeito a um mesmo objeto arquitetônico, ou seja, uma edificação.

Para Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 18), neste último caso, esses documentos formariam uma unidade documental denominada projeto de arquitetura. O conhecimento desta estrutura documental básica que se produz e em que se acumulam documentos é de interesse para o arquivista, que tem como desafio a identificação da tipologia documental que integra o projeto e sua organização.

Igualmente, os estudos das diversas normas elaboradas e usadas no processo de concepção e execução do projeto arquitetônico relacionadas com a construção, com as obras públicas e com os trabalhos de arquitetura e urbanismo permitem não só conhecer a instituição ou pessoa física que expediu ou recebeu a documentação, como também o próprio procedimento administrativo que afeta um determinado conjunto documental.

Conde Villaverde e Vieira (2010) observam que o tratamento técnico documental dos arquivos de arquitetura devem ser entendidos como um estudo amplo sobre: “produção, acesso, uso, avaliação, organização, descrição, conservação, documentos digitais, direitos autorais, cooperação e trabalho em rede” (Conde Villaverde & Vieira, 2010, pp. 14-15). Os autores acrescentam que é muito frequente a custódia desses arquivos por instituições culturais diversas, ocasionando “processos documentais, planejamentos e metodologias experimentais”, longe de um método vinculado ao tratamento arquivístico e identificação de tipos documentais, podendo ser considerado como um fator na acumulação indiscriminada e desordenada.

Apesar de sua natureza especificamente documental, os documentos e processos de arquitetura não se custodiam somente em arquivos e

⁴ A Revista *Projeto* publicou um documento básico, denominado *Normas para Elaboração de Projetos de Edificações – Arquitetura – Procedimento*, no qual o projeto arquitetônico estaria dividido nas seguintes etapas: levantamentos, programa de necessidades, estudo de viabilidade, estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal, projeto básico e projeto para execução (Documento, 1989).

em serviços arquivísticos de arquitetura. De fato esses tipos documentais (croquis, plantas, fotografias, maquetes, etc.) estão dispersos e divididos por todos os tipos de fundos e séries, independente da natureza das funções e dos objetivos encomendados ao produtor ou do tipo de jurisdição institucional [...] (Conde Villaverde & Vieira, 2010, p. 14).

Conde Villaverde (2004) ressalta a importância do método de identificação aplicado ao processo de organização dos arquivos de arquitetura:

A vinculação de cada documento com seu entorno direto converterá em um eixo prioritário e essencial de todo o processo de tratamento, a identificação (do sujeito produtor, do contexto funcional, etc.) cujos resultados, a relação de todas as séries que compõem cada fundo, representadas de forma estruturada no quadro de classificação, será o ponto de partida das demais etapas da metodologia arquivística – avaliação, descrição e disseminação (Conde Villaverde, 2004, p. 125).

A partir destas reflexões teóricas sobre os arquivos de arquitetura, bem como sobre os fundamentos do método de identificação arquivística aplicado ao reconhecimento do produtor e da tipologia documental que configuram as séries documentais acumuladas no arquivo, efetua-se a análise dos documentos de arquitetura (fundo) produzidos pelo escritório técnico Severiano Mário Porto Planejamento e Arquitetura Ltda., custodiados pelo NPD/UFRJ.

Identificação arquivística aplicada ao Fundo Severiano Mário Porto do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/UFRJ): Um estudo da gênese e tratamento dos projetos de arquitetura⁵

O Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD) é uma unidade orgânica, vinculada ao Departamento de Projetos de Arquitetura (DPA) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), criado em 14 de abril de 1982. Atua como arquivo histórico da FAU/

⁵ Recorte da dissertação de mestrado de Claudio Muniz Viana defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), sob a orientação de Ana Célia Rodrigues, em 2012. Recebeu o Prêmio Pesquisador Júnior 2012 do GT2 – Organização e Representação do Conhecimento no *XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação* (ENANCIB) (Viana, 2012; Viana & Rodrigues, 2020).

UFRJ, efetuando o recolhimento de conjuntos documentais vinculados ao ensino, pesquisa e projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia. Possui um acervo composto por arquivos de significativos expoentes da arquitetura moderna e contemporânea brasileira⁶, além de conjuntos documentais provenientes da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA), atual Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Dentre estes acervos custodiados pelo NPD, destacamos o arquivo do escritório técnico de Severiano Mário Porto, um arquiteto com intensa atividade profissional na região amazônica, nosso objeto para abordar a pertinência dos estudos de identificação arquivística para reconhecer e organizar a tipologia documental deste fundo.

Fundo Severiano Mário Porto

Severiano Mário Porto, nascido em 1930, em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais, Brasil, ingressou na Faculdade Nacional de Arquitetura (FNA) da antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ), no Rio de Janeiro, em 1950, colando grau em 1954.

Desde a década de 1940, a FNA, formou vários arquitetos de grande importância para a arquitetura moderna e contemporânea brasileira. Nesse contexto e sob a influência das novas perspectivas da arquitetura do período em que se formou, Severiano Mário Porto segue para Manaus, capital do estado do Amazonas, em 1965, a fim de desenvolver projetos, principalmente ligados a obras públicas. Sua trajetória reflete uma tendência migratória de arquitetos, que buscam novos polos de desenvolvimento no país para divulgar e propagar a arquitetura desenvolvida no âmbito da FNA e Rio de Janeiro. Assim, a região amazônica passa a ser, a partir de então, o centro catalizador da produção arquitetônica deste profissional, no período de 1965 a 1995 (Kyung Mi, 1998, p. 8).

Para atender à demanda de projetos encomendados, associa-se ao arquiteto Mario Emilio Ribeiro, colega de turma da FNA, para a fundação do escritório técnico de arquitetura *Severiano Mário Porto Planejamento e Arquitetura Ltda.*, com filial no Rio de Janeiro, RJ e matriz em Manaus,

⁶ Destacam-se os acervos dos arquitetos: Affonso Eduardo Reidy, Luiz Paulo Conde, Sérgio Bernardes, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão, Francisco Bologna, MMM Roberto, Severiano Mário Porto, Morales de los Rios, Rolf Werner Hüther, Ulysses Burlamaqui, Gastão Bahiana, Aldary Henriques Toledo, Stélio Alves de Souza, entre outros.

AM, que desenvolvem vários projetos de 1969 a 1990, quando a sociedade foi interrompida.

Nesse contexto, dentre as obras e projetos realizados, acompanhados e coordenados por Severiano Mário Porto através do seu escritório técnico, escolhemos como objeto o conjunto documental remanescente da construção da antiga Universidade do Amazonas (atual Universidade Federal do Amazonas), especificamente os documentos acumulados da obra do edifício da Faculdade de Odontologia e Farmácia. Esse projeto teve início em 1973, juntamente com a construção do *campus* da Universidade, com elaboração dos estudos preliminares e anteprojeto, e, em 1974, após aprovação pelas autoridades e órgãos de fiscalização, a elaboração do seu projeto de execução e detalhamentos gerais.

Trata-se de um arquivo de grandes proporções, com aproximadamente 277 projetos de arquitetura, além das cópias dos projetos complementares, totalizando cerca de 40.000 documentos gráficos, acondicionados em 440 caixas-boxes e 220 caixas-rolos de grandes dimensões. Neste contexto, priorizamos a localização do processo de construção da antiga Universidade do Amazonas (atual Universidade Federal do Amazonas), especificamente os projetos de arquitetura acumulados da obra da Faculdade de Odontologia e Farmácia (1973-1974), campo empírico da pesquisa.

Procedimentos de identificação arquivística

No âmbito desta pesquisa, o conhecimento dos procedimentos e das atividades estabelecidas ao longo da concepção e da execução dos projetos de arquitetura, bem como a correta identificação e delimitação dos tipos documentais existentes neste processo de construção, são de grande interesse para o arquivista. Os resultados obtidos com a aplicação deste método de pesquisa se configuram na elaboração de parâmetros conceituais para os processos de organização, descrição e disseminação das informações que envolvam os arquivos de arquitetura.

No delineamento da pesquisa, enfatizamos o estudo do contexto onde o documento de arquitetura é produzido e acumulado e definimos os procedimentos para aplicação do método de identificação nos conjuntos documentais que integram o Fundo Severiano Mário Porto: análise e leitura dos itens documentais; identificação do órgão produtor; identificação das espécies documentais, levando em consideração a literatura arquivística e a arquitetônica; as orientações estabelecidas pelo Conselho Internacional de

Arquivos em que os projetos da construção devem ser primeiramente identificados e separados da massa documental acumulada, respeitando a proveniência (Daniels, 2000, p. 69); análise, identificação e preservação dos documentos que indiquem a estrutura, procedimentos e operações dos produtores responsáveis pelo projeto de arquitetura; identificação dos tipos documentais presentes nos projetos de arquitetura analisados; identificação das séries documentais e definição da estrutura e instrumentos de classificação/arranjo e descrição arquivística.

Com base neste roteiro pré-estabelecido e pesquisas documentais na literatura arquivística e de campo realizadas no arquivo do NPD/UFRJ, elaboramos os modelos de Formulário de Identificação de Órgão Produtor e Formulário de Identificação de Tipo Documental⁷ aplicados no estudo de identificação arquivística dos documentos de arquitetura do Fundo Severiano Mário Porto.

1. Identificação de Órgão Produtor

A primeira etapa consistiu em definir os elementos para identificação de órgão produtor (Tabela 1) que fundamenta o preenchimento do formulário para o estudo orgânico-funcional do Escritório Severiano Mário Porto Arquitetura e Planejamento Ltda. (Tabela 2).

Tabela 1 – Elementos para identificação do órgão produtor.

ELEMENTOS PARA A IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO PRODUTOR	
Elemento	Descrição
Nome do produtor	Entidade coletiva, pessoa ou família identificada como produtor do arquivo.
Data e legislação	Data de criação e legislação que rege a entidade produtora dos documentos.
Entidade custodiadora	Entidade coletiva responsável pela custódia e acesso a um arquivo.
Datas-limite	Elemento em que são indicadas as datas do início e do término do período abrangido pela produção documental.
Data tópica	Elemento de identificação do local de produção de um documento.

⁷ Elaboração do autor a partir dos estudos de Bellotto (2004, p. 53), Rodrigues (2008, p. 208), Conde Villaverde (1992, 2004) e Latorre Merino & Martín-Palomino y Benito (2000, p. 48).

Contexto funcional	Informações sobre as competências, funções e atividades desempenhadas pelo produtor.
História administrativa	Informações básicas sobre a trajetória do produtor, da criação ou nascimento até a sua extinção ou falecimento.
História de custódia	Informações sobre a história de produção, acumulação e custódia do acervo.
Séries documentais	Relação das séries documentais constituintes do fundo arquivístico.

Tabela 2 – Formulário de Identificação do Órgão Produtor.

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO PRODUTOR⁸	
Nome do produtor: Severiano Mário Porto Arquitetura e Planejamento Ltda. Endereço (sede): Rua Ramos Ferreira, 1203, Manaus, Amazonas. Endereço (filial): Avenida Rio Branco, 185, Grupos 2109/2110, Centro, RJ.	
Data e legislação: Fundação em 27/10/1969 e extinção em 1990. - Contrato social - CGC Manaus 04.395.430/0001-00 / Insc. Est. AM: 041.05412-1 - CGC Rio de Janeiro 04.395.430/0002-91 / Insc. Est. RJ: 281.852.00	
Entidade custodiadora: Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/FAU/UFRJ).	
Datas-limite: 1963-2000	Data tópica: Manaus, AM.
Contexto funcional: Função: Coordenação de projetos de construção civil. Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.	
História administrativa: O escritório técnico, de acordo com os dados do CGC, foi fundado em 27/10/1969, e suas atividades foram cessadas por volta de 1990. Contudo, os sócios e arquitetos Severiano Mário Porto e Mário Emílio Ribeiro realizaram atividades de concepção de projetos de arquitetura antes e depois destes períodos, produzindo diversos projetos desde 1963 até o ano de 2000. Os documentos foram acumulados conjuntamente com todo o restante da documentação produzida no período de sua constituição jurídica.	
História de custódia: No início dos anos 2000, todo o conjunto documental foi doado ao NPD/FAU/UFRJ, passando a constituir-se como Entidade custodiadora .	
Série Documental: Projeto arquitetônico da Universidade do Amazonas.	

⁸ Os dados aqui registrados foram obtidos através de informações fornecidas por Gilda Porto, esposa do arquiteto Severiano Mário Porto em 11/02/2012 (Informação verbal); através de consulta ao cadastro nacional de pessoa jurídica da Receita Federal do Brasil, disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>; pela entrevista do arquiteto ao pesquisador Kyung Mi Lee publicada na Revista Projeto, em 1992 (Kyung Mi Lee, 1998, p. 135). E, por último, pela própria análise dos documentos recolhidos ao Núcleo de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/UFRJ).

2. Identificação do Tipo e Série Documental

A segunda etapa foi definir os elementos para identificação de tipos documentais (Tabela 3) que fundamenta o preenchimento do formulário de identificação da tipologia documental que integra o projeto de arquitetura (Tabela 4).

Tabela 3 – Elementos para identificação da tipos documentais.

ELEMENTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA TIPOS DOCUMENTAIS	
Elementos	Descrição
Denominação	Denominação do tipo (espécie + atividade).
Espécie documental	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. Exemplo: planta, fachada, perspectiva, corte, vistas, detalhes etc.
Atividade	A ação para cujo cumprimento o documento foi criado.
Produtor	Entidade coletiva, pessoa ou família identificada como produtor do arquivo.
Autor	As pessoas físicas ou jurídicas que concorrem para a criação do documento.
Destinatário	As pessoas físicas ou jurídicas a quem se destina um documento.
Contribuintes	Pessoas que colaboram para a criação do documento.
Elementos externos	Características externas do documento que correspondem ao gênero, suporte físico, formato e forma do documento.
Conteúdo	Dados que se repetem na estrutura do documento.
Documentos em anexo	Documentos que integram o tipo documental.
Datas-limite	Elemento em que são indicadas as datas do início e do término do período abrangido pela produção documental.
Notação	Número de identificação do documento.
Localização	Localização física do documento.
Dimensão	Dimensão física do documento.
Legislação	Norma jurídica que determina o uso do tipo documental.
Responsável pelo reenchimento	Pessoa envolvida na tarefa de identificação e preenchimento do formulário.
Local e data	Local de realização do preenchimento e data.

Tabela 4 – Formulário de Identificação de Tipo Documental.

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPO DOCUMENTAL – 01
Denominação: Encargos e especificações de projeto de construção.
Espécies documentais constituintes: Encargos; Especificações.
Atividade: Elaboração do anteprojeto.
Produtor: Severiano Mario Porto Arquitetura e Planejamento Ltda.

Autores: Severiano Mário Porto; Mario Emílio Ribeiro
Destinatário: Fundação da Universidade do Amazonas
Contribuintes: -----
Elementos externos: Gênero: documento textual Suporte: papel Forma: original Formato: caderno
Conteúdo: Condições gerais não especificadas em contrato, especificações de materiais e equipamentos, normas e especificações de serviços, referentes ao projeto de arquitetura e projetos complementares.
Documentos em anexo: -----
Datas-limite: 1973-1980
Notação: SMP.UA.3
Localização: 2U-CX49/CX50
Dimensão: 09 volumes
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Responsável pelo preenchimento: Claudio Muniz Viana
Local e data: Rio de Janeiro, 10/05/2012.

Segundo Rodrigues (2008, p. 166), a tipologia documental tem como parâmetro conceitual a identificação do tipo e para sua fixação o arquivista deve reconhecer a espécie documental que associada a uma função/atividade, gera o tipo documental. As espécies são as configurações documentais dispostas sob uma mesma estrutura semântica e são juridicamente aceitas e com conteúdo validado por este motivo (Bellotto, 2004, p. 52).

Aplicando este parâmetro teórico, realizamos uma pesquisa documental e levantamento de dados sobre as espécies documentais identificadas no projeto de construção da Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade do Amazonas, de acordo com as atividades realizadas pelo produtor (Tabela 5) e o detalhamento dessas espécies, apresentando as definições com base na própria análise documental realizada nos estudos de identificação arquivística, nos conceitos estabelecidos pelo *Dicionário Ilustrado de Arquitetura* (Albernaz & Lima, 2000) e nas normas da ABNT⁹ (Tabela 6).

⁹ Dentre as normas que definem a produção de espécies documentais no âmbito da arquitetura brasileira, citamos: a Resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR nº 21/2012, NBR-6492:1994, NBR 10582:1988, NBR 10068:1987, NBR 13531:1995, NBR 13532:1995 e a NBR 5679:1972/1977 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Tabela 5 – Identificação de espécies documentais, de acordo com as atividades do produtor.

Competência	Função	Atividades	Espécies documentais
Planejamento de projetos de arquitetura e urbanismo	Coordenação de projetos de arquitetura, urbanismo e complementares.	Elaboração do pré-projeto	- Programa arquitetônico ou programa de necessidades - Levantamento topográfico
		Elaboração dos estudos preliminares	- Memorial descritivo - Croquis - Plantas - Perspectivas - Cortes
		Elaboração do anteprojeto	- Encargos - Especificações - Orçamento - Análise preliminar de custo - Estimativa de custo - Memorial descritivo - Plantas - Planta de situação - Planta de cobertura - Fachadas - Cortes
		Elaboração do projeto executivo	- Plantas - Planta de situação - Planta de cobertura - Vistas - Cortes - Fachadas - Detalhes

Tabela 6 – Detalhamento das espécies documentais identificadas.

DEFINIÇÃO DAS ESPÉCIES DOCUMENTAIS	
Espécies documentais	Definição
Análise preliminar de custo	Documento textual eventual, contendo dados preliminares do orçamento do projeto.
Cortes	Documento de representação gráfica, contendo desenho de seção vertical feita no edifício ou em parte dele.
Croqui	Documento de representação gráfica, contendo desenho que mostra em linhas gerais, sem pormenores, a ideia inicial de um projeto arquitetônico ou de uma obra construída.

Detalhes	Documento de representação gráfica, contendo desenho de algum pormenor da construção, com o fim de completar as informações necessárias à sua execução. Em geral são feitos detalhes de esquadrias, divisórias, muros, gradis, revestimentos etc.
Encargos	Documento textual que estabelece os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para a execução de obra ou serviço técnico.
Encargos e especificações	Documento textual que engloba os encargos e as especificações.
Especificações	Documento textual que estabelece as condições de execução e o padrão de acabamento para cada tipo de serviço, indicando os materiais especificados e os locais de sua aplicação, obedecendo à legislação pertinente e podendo ser parte integrante dos encargos.
Estimativa de custo	Documento textual eventual, contendo dados de previsão orçamentária.
Estudo de viabilidade econômico-financeira	Documento textual, contendo análise técnica e econômico-financeira de um empreendimento arquitetônico, urbanístico ou paisagístico para fins de subsidiar planos, estudos e projetos da mesma natureza.
Fachada	Documento de representação gráfica, contendo desenho de cada uma das faces externas do edifício.
Levantamento topográfico	Documento de representação gráfica, contendo desenhos que representam as declividades do terreno.
Memorial	Documento textual, contendo ilustrações ou não, que descreve de forma completa os serviços a serem executados na obra do edifício.
Memorial descritivo ou memória justificativa	Documento textual, contendo ou não desenhos de representação gráfica, que complementa o projeto arquitetônico. Existem também memoriais descritivos que complementam os projetos complementares, como instalações hidráulicas e ar-condicionado.
Memorial descritivo e de cálculo	Documento textual, contendo estimativas e cálculos de projetos complementares.
Orçamento	Documento textual e contábil que engloba os orçamentos de serviços e materiais.
Perspectiva	Documento de representação gráfica, contendo desenho de uma peça, um elemento, um edifício ou parte dele, um conjunto arquitetônico e o seu entorno, de modo que se apresentem as três dimensões.

Planta	Genericamente, documento de representação gráfica, contendo desenho que representa a projeção horizontal de um elemento da construção, de uma edificação, de um terreno ou de uma área. Existem vários tipos de planta, que de acordo com o que representam, recebem denominações especiais. Conhecida também como planta baixa ou planta de edificação.
Planta de cobertura	Documento de representação gráfica, contendo desenho que mostra o edifício visto de cima, apresentando o contorno total da edificação.
Planta de locação	Documento gráfico, contendo desenho que representa a projeção horizontal dos elementos estruturais e de vedação.
Planta de situação	Documento de representação gráfica, contendo desenho que indica o terreno, seus principais acessos, a orientação e a implantação das edificações e de elementos construtivos.
Planta topográfica	Documento de representação gráfica, contendo desenhos que representam as declividades do terreno. É elaborado a partir do levantamento topográfico do terreno.
Programa de necessidades ou programa arquitetônico	Documento preliminar do projeto arquitetônico que caracteriza o empreendimento ou o projeto objeto de estudo, que contém o levantamento das informações necessárias, incluindo a relação dos setores que o compõem, suas ligações, necessidades de área, características gerais e requisitos especiais, posturas municipais, códigos e normas pertinentes.
Propostas orçamentárias	Documento textual e contábil, contendo propostas orçamentárias de serviços e materiais a serem adquiridos pelo cliente.
Vistas	Documento de representação gráfica, contendo desenho da projeção vertical de um dos lados da edificação, de parte desta ou de um elemento ou peça da construção. A vista dos lados externos do edifício é mais frequentemente chamada de fachada, alçado ou elevação.

Após o levantamento de dados sobre as espécies documentais e a identificação dos tipos documentais resultantes das atividades arquitetônicas, agrupamos a tipologia em séries documentais. Daniels (2000, p. 68) indica o uso de séries documentais nos arquivos de arquitetura considerando a produção de documentos seriados, referentes a atividades específicas ou que estejam baseadas em tipos documentais semelhantes.

Nesta perspectiva, cada projeto de construção corresponderia a uma série e internamente estaria estruturado de acordo com a ordem original em que os documentos foram elaborados, garantindo a preservação do signifi-

cado de cada documento no contexto de produção e revelando desta forma, o seu conteúdo como prova de uma ação. Os documentos relacionados à estrutura interna do projeto de construção são ordenados a partir do tipo de projeto, isto é, os desenhos de origem estrutural, elétrica, hidráulica e instalações em geral assumem uma posição distinta no arranjo, sendo considerados separadamente dos desenhos do projeto de arquitetura, mantendo, contudo, a organicidade do conjunto projetual. No reconhecimento das séries, consideramos que a concepção de um arquivo de arquitetura obedece a uma ordem de produção, envolvendo estudos preliminares, anteprojetos, projetos legais e projetos executivos e que a sua manutenção possibilita a compreensão da história da trajetória profissional do arquiteto, bem como a preservação do contexto arquivístico.

Atribuímos às séries documentais uma ordenação cronológica e para os itens documentais dos projetos de arquitetura, uma ordenação consoante à ordem original das etapas do projeto arquitetônico, refletidas na sua classificação e descrição. Como se trata de um arquivo permanente, elaboramos o quadro de arranjo¹⁰ (Tabela 7) e o inventário das séries documentais para organizar o Fundo Severiano Mário Porto (Tabela 8).

Tabela 7 – Quadro de arranjo do Fundo Severiano Mário Porto.

Unidade de Descrição	Título da Unidade de Descrição	Código
Entidade custodiadora	Núcleo de Pesquisa e Documentação	NPD
Fundo	Severiano Mario Porto	SMP
Grupo	Construção da Universidade do Amazonas	UA
Série 1	Projeto de Arquitetura da Faculdade de Odontologia e Farmácia	SMP.UA.FOF.A
Série 2	Projeto de Reforma da Faculdade de Odontologia e Farmácia	SMP.UA.FOF.R
Série 3	Encargos e especificações de projeto de construção	SMP.UA.3
Série 4	Orçamento de projeto de construção	SMP.UA.4
Série 5	Memorial descritivo de projeto de construção	SMP.UA.5
Série 6	Plano-piloto de projeto de construção	SMP.UA.6

¹⁰ Arranjo é um termo considerado na literatura arquivística brasileira como uma “denominação tradicionalmente atribuída à classificação de documentos em arquivos permanentes” (Camargo & Bellotto, 1996, p. 9).

Tabela 8 – Inventário dos tipos documentais que constituem as séries do Fundo Severiano Mário Porto.

Tipo documental 1: Encargos e especificações de projeto de construção
Espécies documentais constituintes: Encargos; Especificações.
Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.
Datas-limite: 1973-1980
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Dimensão: 09 volumes Notação: SMP.UA.3 Localização: 2U-CX49/CX50
Tipo documental 2: Orçamento de projeto de construção
Espécies documentais constituintes: Orçamento; estimativa de custo.
Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.
Datas-limite: 1980-1983
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Dimensão: 08 volumes Notação: SMP.UA.4 Localização: 2U-CX51
Tipo documental 3: Memorial descritivo de projeto de construção
Espécies documentais constituintes: memorial descritivo de arquitetura e instalações.
Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.
Datas-limite: 1980
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994, NBR 13532:1995 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Dimensão: 04 volumes Notação: SMP.UA.5 Localização: 2U-CX52
Tipo documental 4: Programa de necessidades de projeto de construção
Espécies documentais constituintes: programa arquitetônico.
Atividade: Planejamento e concepção de projetos de arquitetura e urbanismo.
Datas-limite: 1973
Legislação: ABNT NBR 5679:1972/1977, ABNT NBR 6492:1994, NBR 13531:1995, NBR 13532:1995 e Resolução CAU/BR N° 21/2012.
Dimensão: 01 volume Notação: SMP.UA.6 Localização: 2U-CX53

Os resultados da pesquisa demonstram a pertinência da adoção do método de identificação arquivística para reconhecer, classificar e descrever a tipologia documental dos arquivos de arquitetura, como uma estratégia a ser discutida e pactuada entre os profissionais envolvidos neste campo específico.

Considerações finais

A Diplomática é uma disciplina investigativa que fornece à Arquivística os parâmetros teóricos e metodológicos necessários para identificar a gênese dos documentos de arquivo na busca de soluções para superar os desafios impostos para seu reconhecimento, gestão, organização e acesso.

A relação estabelecida entre a Diplomática e a Arquivística, no contexto da identificação de tipologia documental, revela a pertinência destes estudos para o desenvolvimento das funções arquivísticas. Ao considerarmos a identificação arquivística como método para o tratamento de fundos acumulados em arquivos, independentemente da atividade ou campo do conhecimento ao qual estejam vinculados os documentos, reafirmamos a necessidade de que os arquivos de arquitetura devam ser objeto de estudos que envolvam a identificação de tipologia documental, contribuindo para revelar a natureza singular do documento constante dos projetos de arquitetura e construção em geral, como elementos de prova e informação.

Dotados de uma essência e estabilidade concreta com características e informações semelhantes fixadas por um arcabouço jurídico-normativo, os tipos documentais das atividades administrativas em todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, os projetos de arquitetura também envolvem a produção desses documentos, como por exemplo, um memorial descritivo, o qual como uma espécie documental, acrescido de uma atividade arquitetônica, resulta em um tipo documental: memorial descritivo de projeto de arquitetura. Este tipo documental gerado na concepção arquitetônica tem como finalidade descrever, justificar critérios adotados e elucidar aspectos construtivos da obra, baseando-se em normas e padrões arquitetônicos adotados na construção.

A correta identificação da tipologia documental acumulada nos arquivos de arquitetura, estudo realizado no contexto da identificação arquivística, comprova que muitos documentos pouco explorados pelos pesquisadores e arquivistas nestes arquivos são capazes de revelar informações muito significativas sobre a ação que justificou sua produção, permitindo a recuperação da proveniência e organicidade perdida pelos efeitos danosos de processos de acumulação de massa documental, iniciados nos escritórios técnicos de arquitetura até o recolhimento à entidade custodiadora.

Nesta dimensão o trabalho arquivístico reveste-se de cientificidade, possibilitando o delineamento de um perfil profissional analítico, que fundamenta sua atuação na reflexão crítica sobre a natureza e características do documento, transformando o arquivista em produtor de conhecimento científico.

Referências bibliográficas

Albernaz, M. P., & Lima, C. M. (2000). *Dicionário ilustrado de arquitetura*. (2.ª ed). Pro-Editores.

- Arquivo Nacional (Brasil). (2005). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Arquivo Nacional.
- Batista, P. (2009). A gestão da série macroprocessos de obras particulares do Município de Lisboa. *Páginas a&b*, 4(1), 35-63.
- Batista, P. (2011). La serie documental "expedientes de obras particulares" en el municipio de Lisboa: análisis de su sistema de gestión. *Anales de Documentación*, 14(1), 1-23. <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/115101/125781>
- Batista, P. (2021). *A organização e a descrição dos processos de obra particulares no município de Lisboa* [Comunicação]. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: "Professional Experiences in a Cultural Diversity" / International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives: Arquivo Distrital de Braga, 2019, setembro 25-27, Braga. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>
- Bellotto, H. L. (1982). Tipologia documental em arquivística. *Revista do Arquivo Municipal*, (195), 9-17.
- Bellotto, H. L. (1990). Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. *Arquivo do Município de Rio Claro*, 9(1), 4-15.
- Bellotto, H. L. (2000). *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado.
- Bellotto, H. L. (2004). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. (2.ª ed. rev. e amp.). Editora FGV.
- Blanco, M. (2004). *Los archivos de Arquitectura: la construcción de una Red integrada* [Acta]. Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura, I, 2004. Actas, Alcalá de Henares.
- Camargo, A. M. A., & Bellotto, H. L. (1996). *Dicionário de Terminologia Arquivística*. Associação dos Arquivistas Brasileiros.
- Carrascal Simon, A., & Gil Tort, R. M. (2008). *Los documentos de arquitectura y cartografía: qué son y cómo se tratan*. Ediciones Trea.
- Carucci, P. (1994). *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. Universidad Internacional Menéndez Pelayo, S&C Ediciones.
- Carucci, P. (2004). *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. S&C Ediciones/Universidad Internacional Menéndez Pelayo.
- Conde Villaverde, M. L. (1992). *Manual de tratamento de arquivos administrativos*. Dirección de Archivos Estatales/Ministério de Cultura.
- Conde Villaverde, M. L. (2004). *El Archivo General de la Administración: una experiencia de tratamiento de grandes volúmenes de series documentales de arquitectura, urbanismo e ingeniería, en la etapa contemporánea* [Acta]. Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura, I, 2004. Actas, Alcalá de Henares.
- Conde Villaverde, M. L., & Vieira, J. (2010). Introducción. *COMMA: International Journal on Archives*, pp. 13-15.
- Cortés Alonso, V. (1986). Nuestro modelo de análisis documental. *Boletín de ANABAD*, (3), 419-434.
- Daniels, M. (2000). Arrangement of architectural records. In ICA – International Council on archives – Section on Architectural Records, *International Council on archives. A guide to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries* (pp. 65-75). <http://www.ica.org/>

- Dirección de Archivos Estatales/Ministerio de Cultura. (1993). *Diccionario de Terminología Archivística*. Dirección de Archivos Estatales/Ministerio de Cultura.
- Documento básico: normas para elaboração de projetos de edificações – arquitetura – Procedimento (1989). *Revista Projeto*, 125.
- Duranti, L. (1995). *Diplomática usos nuevos para una antigua ciencia*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba.
- Duranti, L. (2003). *La diplomatica dei documenti elettronici*. Università Ca'Foscari di Venezia. <http://www.biblio.unive.it/sba/novita/030527Duranti.asp>
- Faben, A., & Rodrigues, A. C. (2019). Identificação, classificação e organização do conhecimento arquivístico: reflexões em torno dos instrumentos de gestão de documentos. In T. H. B. Barros, & N. B. Tognoli (Org.), *Organização do conhecimento responsável: promovendo sociedades* (pp. 405-411). <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/02/LIVRO-ISKO-BRASIL-EDICAO-BELEM.pdf>
- Faben, A., Rodrigues, A. C., & Silva, C. G. (2021, novembro 25-26). *Identificação como base para a organização do conhecimento arquivístico: contribuições para o debate sobre acesso à informação nos arquivos municipais do Brasil na Agenda 2030* [Ata]. Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde. Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal, Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50067>
- Ferreira, M. C. B. F. (2021). *Manual de tratamento de documentos de arquitetura*. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro.
- Heredia Herrera, A. (1991). *Archivística general; teoría y práctica*. (5.ª ed.). Diputación Provincial.
- Heredia Herrera, A. (2006). En torno al tipo documental. *Boletín de ANABAD*, 56(3), 13-36. <https://dialnet.unirioja.es/emplar/166232>
- Kyung Mi, L. (1998). *Severiano Mário Porto: a produção do espaço na Amazônia* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de São Paulo.
- Latorre Merino, J. L., & Martín-Palomino y Benito, M. (2000). *Metodología para la identificación y valoración de fondos documentales*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte/S.G. de Información y Publicaciones.
- MacNeil, H. (2000). *Trusting records: legal, historical, and diplomatic perspectives*. Kluwer Academic Publishers.
- Mendo Carmona, C. (2004). Consideraciones sobre el método en archivística. *Documenta & Instrumenta*, (1), 35-46. <http://revistas.ucm.es/index.php/Docu/article/viewFile/DOCU0404110035A/19190/>
- Rodrigues, A. C. (2003). *Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo* [Dissertação Mestrado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/publico/tesaAnaCelia.pdf>
- Rodrigues, A. C. (2008). *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf

- Rodrigues, A. C. (2013) Identificação como requisito metodológico para a gestão de documentos e acesso a informações na administração pública brasileira. *Ciência da Informação*, 42(1), 64-80. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21810>
- Rodrigues, A. C. (2018) Tipología documental: diálogos entre la archivística y la diplomática para la construcción del método de identificación del documento de archivo. *Boletín de la ANABAD*, 68(3-4), 429-445.
- Romero Tallafigo, M. (1994). Ayer y hoy de la diplomática, ciencia de La autenticidad de los documentos. In P. Carucci, V. Cortés Alonso, A. García Rodríguez, R. Martín Celaya, C. Mendo Carmona, P. Pérez Aranda, C. Romeo Casabona, M. Romero Tallafigo, A. Sánchez Blanco, & A. Torreblanca López, *Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo*. S&C.
- Silva, C. G., & Corujo, L. (2022). Organização do conhecimento e arquivística: relações e prismas teóricos. *Acervo: Organização do conhecimento em arquivos*, 35(2), 1-23. <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1811/1719>
- Silva, C. G., Revez, J., & Corujo, L. (Coord.). (2021, novembro 25-26). *Organização do Conhecimento no Horizonte 2030: Desenvolvimento Sustentável e Saúde: Atas do V Congresso ISKO Espanha-Portugal*, Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/50067>
- Tognoli, N. B., Rodrigues, A. C., & Guimarães, J. A. C. (2019a). Archival Knowledge: Conceptual Frameworks for Recent Terminology in the KO Domain. *Knowledge Organization*, 46(7), 522-529.
- Tognoli, N. B., Rodrigues, A. C., & Guimarães, J. A. C. (2019b). Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. *Informação & Informação*, 24(2), 58-75. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/125800>
- Tognoli, N. B., & Rodrigues, A. C. (2018). An analysis of the theoretical and practical application of diplomatics to archival description in knowledge organization. In F. Ribeiro, & M. Cerveria (Eds.), *Challenges and opportunities for knowledge organization in the digital age* (pp. 43-51). Ergon Verlag.
- Viana, C. M. (2012). *Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Federal Fluminense.
- Viana, C. M., & Rodrigues, A. C. (2020). Identificação de tipologia documental como metodologia para organização de arquivos de arquitetura. In L. S. Freitas, L. M. Campos, R. de Mattos, & V. M. M. da Fonseca (Orgs.), *O PPGCI/UFF nos Enancib: trabalhos premiados* (pp. 190-210). Tikinet Edição Ltda.